

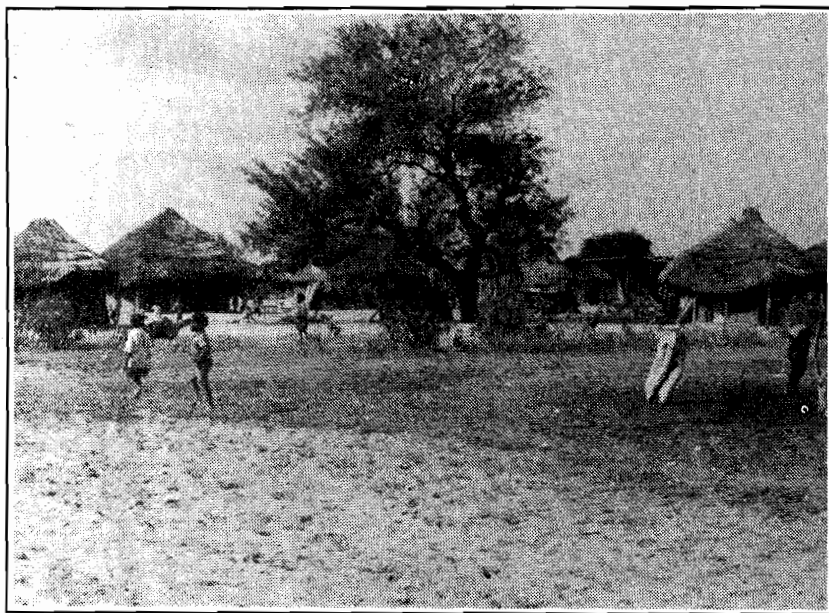
Era uma vez um projecto

por Albano Naroromele

No dia em que os camponeses deste país souberem e tiverem condições para acreditar que, nos termos da Constituição em vigor, o cidadão moçambicano pode fixar residência em qualquer parte do território nacional, o que é que vai acontecer? Eis a questão com que a nossa Reportagem se confrontou na província de Cabo Delgado no enalço do futuro das aldeias comunais. Implícito ou simplesmente omissa no discurso político dos tempos que correm, está em curso, e seguramente, o fim desastroso de um projecto gigante pós-independência que nunca passou de uma definição inflamatória: «espinha dorsal de desenvolvimento» em Moçambique.

Em 1983, o relatório do Comité Central do Partido Frelimo ao IV Congresso proclamava a existência no país de 1350 aldeias comunais, albergando na altura 13 por cento da população moçambicana. E acrescentava o documento, com a característica dose triunfalista daqueles tempos ainda bem perto de nós, que a província de Cabo Delgado, com mais de 550 daquelas «futuras cidades», estava na vanguarda do processo da sua edificação.

E Mueda era, naturalmente, o que estava à frente de todos os distritos, não fosse ele o



As aldeias comunais não conseguiram ser o modelo de «organização da população em moldes colectivos». (Foto do Arquivo)

oito anos sobre aquela data, as aldeias comunais em Cabo Delgado não conseguiram ser o modelo de **organização da população em moldes colectivos**, como era hábito apregoar-se em reuniões de toda a espécie e escala.

Tactando os escritos da Imprensa da época, consegue-se saber que o fracasso do projecto de construção daquelas comunidades rurais não se deveu propriamente à falta de vontade dos seus mentores. É prova disso a preocupação das estruturas centrais em formular definições abstractas — só o topo definia — do conceito de aldeias comunais, algumas das quais registamos em parágrafos anteriores deste trabalho.

Reforça ainda o pacote da preocupação das estruturas centrais, a distribuição massificada das redes sanitárias e escolar, mesmo sem medicamentos, nem professores, o «trabalho de sensibilização das massas para a abertura de machambas colectivas e cooperativas» de vários tipos, bem como para a participação da população na alfabetização e educação de adultos. A lista descritiva das manifestações que atesta a presença plena de boa vontade não caberia em nenhum jornal moçambicano, embora falando só do que foi feito para Cabo Delgado.

ONDE COMEÇA O PROBLEMA?

O problema começa, provavelmente, na concretização do grande objectivo das aldeias comunais, que se resumia na socialização do campo. Esta podia ser definida na altura como sendo a localização da população em aldeias comunais, na perspectiva da estratégia de desenvolvimento rural do Partido e do Estado.

Só que essa **localização da população foi feita por nós, responsáveis** — tal como disse ao «Notícias» Vicente Ambrósio, administrador do distrito de Chiúre. Ele aludia ao facto de que a opinião dos camponeses visados sobre a escolha dos locais para a construção das palhotas não entrava com peso na linha de conta dos dirigentes, os únicos que podiam determinar.

Uma das evidências desta situação é o facto de serem raríssimas as aldeias construídas na periferia de algum projecto agrícola de desenvolvimento. Por outras palavras, contam-se pelos dedos as comunidades rurais edificadas posteriormente à instalação de uma base económica, se atendermos que um aglomerado de palhotas, ou de «casas melhoradas», por si só não constitui projecto de desenvolvimento.

Em Cabo Delgado, os famosos 400 mil hectares poderiam ter constituído essa base económica se não tivessem passado de um simples sonho voluntarista. Um possível raciocínio prevalecente na altura consistia no desejo ideal de uma vez

construídas, mesmo em locais sem as mínimas condições de crescimento, ver as aldeias comunais a transformar-se em «futuras cidades», fundamentalmente graças à «iniciativa criadora» dos seus habitantes.

É difícil exigir-se visão melhor numa situação em que o paternalismo da super-estrutura não permitia admitir ambições individuais legítimas e muito menos o egoísmo típico de qualquer camponês do planeta dos homens.

A ausência da opinião dos camponeses localizados em aldeias comunais é ainda patente nas distâncias entre estas comunidades e o local onde a água não faltava ou a machamba. O resultado foi que durante a época das chuvas, a tendência — inicialmente tímida — das pessoas foi abandonar a aldeia para ficar mais tempo no campo. É natural que as casas, nas aldeias se destruíssem assim desamparadas — explica o administrador de Chiúre.

Um factor, porém, não podia ter sido previsto em qualquer situação normal, mesmo se ninguém tivesse adormecido no discurso sobre a sociedade socialista, com todo o seu esplendor tão candidamente descrito e prometido a «todo o povo oprimido» desta terra. Esse factor é a guerra, que movimentou violentamente populações e destruiu com fogo aldeias comunais inteiras.

A REALIDADE HOJE

Hoje a realidade é que não só a maior parte das comunidades rurais não tem qualquer hipótese de crescimento — seria luxo falarem desenvolvimento — como ainda se apresentam mais ou menos destruídas, mesmo sem o golpe de misericórdia das brutalidades da guerra.

— **No caso do distrito de Chiúre** — apontou Vicente Ambrósio — **os locais escolhidos inicialmente para a construção das aldeias já não servem para albergar mais casas. Fica-se mesmo com a impressão de que a gente nem teve em conta que os camponeses gostam de ter muitos filhos... que crescem.**

Na opinião daquele administrador, ele mesmo um dos quadros do Partido Frelimo envolvidos no processo de criação de aldeias comunais, **a sorte é que a população ainda não alcançou plenamente o sentido da Constituição da República. Afinal de contas, as pessoas têm sítios onde gostariam de viver, abrir machambas e criar animais.**

Perguntámos a ele o que aconteceria se a população soubesse que o cidadão moçambicano pode viver em qualquer parte do território nacional. Surpreendeu-nos com a calma com que nos respondeu: — **Não há problemas. Nós temos casos não só de pessoas que saem do centro das aldeias para construir nos arredores, como também de grupos populacionais que já fixaram residências fora da comunidade. Mas isso não significa que essas pessoas não sejam devidamente enquadradas pelas estruturas do Partido e do Governo. Portanto, nada justifica a utilização de métodos que ofendam a população, só porque esta deve voltar à aldeia.**

Ele parte do princípio de que as aldeias foram construídas em locais que não são do agrado dos camponeses. E acrescenta: — **Ontem, dizer isso, era absurdo, mas hoje temos que aceitar a realidade.**

De facto, houve inclusive camponeses e não foram poucos, cujas casas foram pura e simplesmente queimadas, muito antes da guerra, se mostrassem a mínima resistência não propriamente às aldeias comunais, mas tão somente aos locais aonde foram concentrados.

Paradoxalmente, isso aconteceu até no próprio distrito de Mueda, tal como disse o administrador Vicente Ambrósio, ou seja nas «barbas» das zonas libertadas de Cabo Delgado.